AFRICAN UNION

African Committee of Experts on the Rights and Welfare of the Child

الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

Comité Africain d'Experts sur les Droits et le Bien-être de l'Enfant

UNIÃO AFRICANA

"Uma Africa Apta para as Crianças "

P. O. Box 3243 Roosevelt Street (Old Airport Area), W21K19, Addis Ababa, Ethiopia

Tel: (+251 1) 551 3522 Fax: (+251 1) 553 5716 Website : www.acerwc.org

RELATÓRIO DA ACERWC SOBRE A MISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS APRESENTADAS À REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE RELATIVAS AO RELATÓRIO INICIAL

Dezembro de 2018

Original- Inglês

I. Objectivo da Missão: O Comité Africano de Peritos sobre Direitos e Bem-Estar da Criança (ACERWC), empreendeu uma missão à Republica de Moçambique, com o intuito de avaliar a implementação das suas observações e recomendações finais, relativas ao relatório inicial de Moçambique que foi enviado ao Governo em Fevereiro de 2015.

II. Objectivos do ACERWC nesta Missão: Criar um diálogo construtivo com o Governo de Moçambique, para conhecer os progressos alcançados, desafios enfrentados e oportunidades existentes na implementação das suas observações e recomendações finais. Também pretende reunir as partes interessadas para intensificar a colaboração entre o governo, agências da ONU, as OSC e outras partes interessadas. Para além deste objectivo, o Comité tenciona fortalecer e acelerar, a implementação das suas recomendações.

III Resultados esperados da Missão: Dar uma oportunidade ao Governo de Moçambique para apreciar o seu progresso na implementação das recomendações e deste modo, adoptar as melhores práticas usadas pelo ACERWC no seu envolvimento adicional com outros Estados Partes. Além disso, o ACERWC visa proporcionar uma oportunidade ao Governo, no sentido de identificar os seus desafios na implementação das recomendações, para que o Comitê e as OSC, saibam como intervir e colaborar da melhor maneira com o Governo. Finalmente, o ACERWC espera um maior compromisso do Governo de Moçambique para implementar as recomendações e a Carta, bem como apresentar o seu relatório periódico no prazo previsto.

IV. Lista da Delegação: A Delegação do ACERWC foi composta por Sua Excelência Goisteone Nanikie Nkwe, Presidente do ACERWC; Sua Excelência Marie Christine Bocoum, 1ª Vice-Presidente do ACERWC; Sra. Catherine Wanjiru Maina, Assistente Social Sênior; e a Sra. Adiam Zemenfes Tsighe, Pesquisadora Jurídica.

V. Metodologia

- 03 de Dezembro de 2018 - Reuniões Bilaterais com o Governo e OSC;
- 04 de Dezembro de 2018 - Seminário sobre a implementação das observações e recomendações finais do ACERWC e áreas temáticas selecionadas.

VI. Actividades da Missão

As actividades da missão, são as seguintes:

- Consulta entre a Delegação do ACERWC e os Representantes de vários Ministérios da Republica de Moçambique, representado pelo Director Nacional da Criança do Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCS), contou com a participação dos Ministérios da Educação, Justiça e Interior.

- Reunião com a UNICEF, contou com a presença do Representante Nacional e o seu Adjunto, assim como os Especialistas em matéria de Proteção da Criança;

- Visita de cortesia à Organização Não Governamental Save the Children;

- Visita de cortesia à Organização Não Governamental World Vision;

- Visita de cortesia à Comissão Nacional dos Direitos Humanos de Moçambique

- Seminário sobre a implementação das observações e recomendações finais do ACERWC; juntou o Secretário Permanente do Ministério do Gênero, Criança e Acção Social (MGCS). Durante o seminário, o Comité procedeu às apresentações sobre a Carta Africana da Criança, bem como as observações e recomendações finais apresentadas em 2015. Por outro lado o Ministério do Gênero, Criança e Acção Social (MGCS), e a Rede dos Direitos da Criança de Moçambique (RDC), procederam às apresentações sobre a situação das crianças.

Outrossim, houve um painel de discussão sobre o casamento infantil onde a UNICEF, a ROSC e a Organização Não Governamental World Vision, eram membros do referido painel. E finalmente, a Organização Não Governamental Save the Children, efectuou uma apresentação sobre a participação infantil.

VII. Constatações

Medidas gerais de implementação

O Comitê notou que a alocação do orçamento geral do Estado, aumentou nos últimos anos, de 200.313,2 em 2014 para 242.285,3 em 2017, principalmente no sector da educação. Todavia, o Comitê observou que o incremento do orçamento e os gastos, não são eficazes, especialmente nos distritos locais. A má gestão e o uso ineficiente de fundos, continuam a ser grandes desafios aonde não houve muitas melhorias. Isto foi comprovado pelo facto de que o aumento orçamental, não trouxe mudanças significativas nos indicadores. O orçamento tornou - se também muito constrangedor no Estado Parte.

Do ponto de vista institucional, o Comitê notou a criação da Direcção Nacional da Criança, dentro do Ministério do Gênero, Criança e Acção Social (MGCS).

O Comitê, foi informado de que há falta de capacidade nas instituições publicas, tanto ao nível nacional quanto subnacional. Existe défice de conhecimento nas instituições em termos de quadro normativo que providencia a sua implementação.

A capacidade das instituições nas áreas rurais é de longe inferior à das áreas urbanas e isso levou a um aumento de desigualdade no Estado Parte.

O Regulamento para aplicação da Lei, sobre a Proteção e Promoção dos Direitos da Criança, ainda não foi adoptado, apesar da recomendação do Comitê. Durante a Missão, o Comité tomou conhecimento de que, na sequência das suas recomendações, o Governo tentou fazer progredir o Regulamento e está agora na sua fase final de consultas. Uma vez adoptado, o regulamento determinará a função de todas as partes interessadas, o que facilitará mais coordenação e colaboração.

Foi levado ao conhecimento do Comitê a questão da falta de coordenação Interministerial, como um desafio, já que não há regras claras sobre quem coordena, ou de quem são os orçamentos e como funciona a coordenação. A adopção do Regulamento supracitado, pode resolver este desafio.

Desde a sua visita à Comissão Nacional dos Direitos Humanos de Moçambique, bem como nos seus debates, o Comité observou que há falta de recursos financeiros e humanos na Comissão. Embora a Comissão tenha iniciado um processo para criar uma Unidade de Direitos da Criança, isto, não aconteceu durante vários anos. Apenas existem 6 técnicos na Comissão, o que dificulta a execução do seu mandato. E foi somente no ano passado que o Estado Parte, nomeou todos os Comissários. Porém, até ao momento, a Comissão não conseguiu trabalhar nos direitos da criança e há ausência de dados actualizados que ajudam a medir o progresso e as dificuldades.

Não foi realizada a Pesquisa Nacional de Saúde Demográfica, prevista para o ano de 2018, e faltam dados abrangentes e desagregados.

Definição da criança

Embora o Comitê tenha recomendado a revisão da Lei da Família, a fim de harmonizar a idade do casamento com a Carta, o Comitê concluiu que a mesma não foi efectuada.

A lei da família tem uma cláusula que permite o casamento de crianças até aos 16 anos de idade, com o consentimento dos pais. O Comitê foi informado de que está a ser realizada uma consulta pública para a adopção de uma nova lei que proíbe o casamento infantil. Mas a partir da sua conversa com várias partes interessadas, a adopção desta lei por si só não resolve o problema, pois há uma excepção ao casamento infantil na lei da Família.

Princípios gerais.

O Comitê soube que não existe um indicador que sugira a taxa da desnutrição que se situou em 43% e caiu, no momento em que foram enviadas as observações finais. Há um plano de acção multissetorial que foi gizado com vista a reduzir a desnutrição para 35% até ao ano de 2020.

Há também um programa para crianças menores de dois (2) anos de idade que está a ser usado para combater a desnutrição que começou em 2016 e vai até ao ano de 2024.

Existem várias plataformas para a participação dos petizes, incluindo o parlamento infantil a nível nacional, provincial e distrital, bem como a comunicação social. No entanto, o governo não considera os pontos de vista das crianças na sua tomada de decisão.

Embora o Comitê tenha recomendado que o Estado Parte proibisse o castigo corporal em todos os contextos, inclusive em casa e nas escolas, não existe tal iniciativa para proibir, até mesmo nas leis que estão em fase de elaboração. Dizer que, há um alto nível de castigo físico que supostamente está à 40%.

Direitos civis e liberdades.

O Comitê foi informado pelo Governo de que foram criados postos de registo de nascimento nas maternidades. O Registo de nascimento para crianças menores de cinco anos foi de 55% em 2015, enquanto que existe uma taxa superior para crianças acima dos 5 anos de idade. Foram registradas 3.523.343 crianças entre 2014 e 2017.

Há uma nova lei de registo civil que visa impulsionar o registo e a certidão de nascimento, mas ainda não foi adoptada. Recentemente, o governo iniciou o programa para digitalização do sistema de registo, que permite os agentes do registo civil, os profissionais de saúde e líderes locais, notificarem de forma digital o importante acontecimento e a posterior a emissão do registo de nascimento certificado. O Comitê foi informado de que foi criado o sistema de notificação digital em mais de metade do país. Há também uma conscientização nacional sobre o registo de nascimento.

O Comitê observou que existem alguns desafios relativos ao registo de nascimento. Os Centros de registo de nascimento, não estão acessíveis em todas as regiões do País.

O Comitê soube igualmente que o registo de nascimento é gratuito apenas nos primeiros 120 dias de nascimento e algumas famílias, devido à cerimônias de cultura e nomeação, não registam os seus filhos em 120 dias. O Comitê foi informado também de que às vezes, as crianças nascidas fora do casamento enfrentam dificuldades, pois a mãe pode ser solicitada a trazer o pai no momento do registo. Tal exigência, é um desafio, uma vez que os pais das zonas rurais, trabalham nas fazendas na África do Sul.

Ambiente familiar

O Comitê notou que a institucionalização de crianças, é o último recurso por lei e a prioridade é dada à reunificação, adopção e acolhimento familiar. O governo atribui subsídio social para famílias que cuidam de crianças que estão privadas de um ambiente familiar. O subsídio social também é concedido à famílias chefiadas por crianças.

Saúde e bem estar

O Comitê observou que há um incremento orçamental para o sector da saúde, no entanto, a morbidez e mortalidade neonatal em crianças menores de cinco (5) anos de idade, permanecem altas. A malária é a maior causa de morte e há esforços para enfrentar esse desafio. Nesta ordem de ideias, o Comitê foi informado de que os esforços conjugados devem ser empregues para a mudança de comportamentos, já que as comunidades que possuem mosquiteiros não estão a usá-los. Além disso, as famílias não levam os seus filhos aos centros de saúde para tratamento quando as crianças estiverem doentes e ao invés disso, usam métodos tradicionais para curar a malária.

Educação e lazer

Durante a missão, o Comitê notou que houve um aumento do orçamento alocado para o sector da educação. Assim sendo, o Comitê foi informado de que há uma utilização ineficiente do orçamento e da corrupção que está afectar o sector. Importa aqui realçar que os salários baixos ou falta de pagamento de professores nas escolas públicas, induzem à corrupção e absenteísmo dos docentes.

Além disso, o Comitê observou que uma em cada duas (2) crianças que matriculam – se no ensino primário, não concluem os estudos, e mesmo aquelas que continuam, não recebem ensino de qualidade e têm fraco desempenho. Ainda há um grande número de crianças que estão fora do sistema de ensino.

A exploração sexual de estudantes perpetrados pelos professores, foi notada como um desafio anterior. A este respeito, o Governo informou o Comité de que existe agora um instrumento legal para punir os professores que abusam das crianças e o Ministério da Educação supervisiona as escolas. Foi informado que 6 professores que abusaram de estudantes, foram expulsos desde o momento da comunicação. Porém, o Comitê foi informado de que ainda há impunidade dos professores nesse sentido.

Nas suas observações finais, o Comitê notou que a taxa de ensino pré-escolar pública, é muito baixa e durante a missão o Comitê soube que a taxa não melhorou. Uma das razões apontadas pelo governo, é que o ensino pré-escolar está sob a responsabilidade do outro sector. No entanto, existe um projecto de lei que tenciona integrar o ensino pré-primário ao ensino primário.

Em termos de acesso ao ensino, o Comitê foi informado de que o registo de nascimento é indispensável para matricular-se nas escolas, e é por essa razão que a taxa de registo de nascimento após os 5 anos de idade aumenta significativamente.

Contudo, o governo contestou que a falta de registo de nascimento, não é motivo para rejeitar a matrícula de crianças nas escolas. O Comitê observou igualmente que existe uma disparidade entre as zonas rurais e urbanas em termos de acesso ao ensino secundário e que as escolas secundárias, estão disponíveis apenas nas capitais dos distritos.

Além disso, o Comitê observou que há uma estratégia para o ensino inclusivo adoptado pelo Ministério da Educação que começa em 2019. As novas escolas construídas podem acomodar crianças com deficiências. Durante o período de referência, 11, 7000 crianças com deficiências foram reintegradas nas escolas principais. Além disso, existem três (3) escolas especiais que acomodam 700 crianças portadoras de deficiência anualmente. O Comitê foi informado de que 3,045 professores foram formados em linguagens gestuais. O governo introduziu programas de proteção social para crianças com deficiências. Apesar desses esforços, há desafios na realização do ensino inclusivo, tais como a falta de materiais; inexistência de professores qualificados; e estigma.

O Comitê notou com preocupação o Decreto No.39 que proíbe raparigas grávidas de matricularem - se em escolas diurnas. As raparigas grávidas, só frequentam escolas noturnas.

Medidas especiais de proteção

Existe uma estratégia nacional sobre o casamento infantil e o Governo de Moçambique lançou a Campanha da UA para Pôr fim ao Casamento Infantil. Há igualmente uma vontade política de alterar a idade mínima do casamento, mas o processo foi prolongado. Existem duas (2) opções que estão a ser discutidas: ou para seguir a lei modelo da SADC e adoptar a lei específica sobre casamento infantil ou para proceder a revisão das leis já existentes.

Com base nas acções identificadas pela estratégia nacional, está-se a prestar assistência às famílias pobres por meio do programa de assistência social. Há uma nova lei que está a ser elaborada para proibir o casamento infantil, mas ainda não foi adoptada. O Comitê foi informado de que o desequilíbrio de forças e a identidade cultural, continuam a ser as causas do casamento infantil, que precisam ser abordadas, além das reformas legais. O Comitê observou também com preocupação que não há data de actualização para aferir a prevalência do casamento infantil e que o governo e todas as partes interessadas confiam nos dados de 2011.

Com base na sua interação com o Governo e outras partes interessadas, o Comitê observou que os casos de abuso de crianças aumentaram entre os períodos de apresentação de relatórios. Por exemplo, 2,535 casos de abuso, foram tramitados ao Tribunal em 2017, enquanto que 2,734 casos foram relatados entre Janeiro e Junho de 2018.

O Governo criou 309 centros para pessoas vítimas de violência, onde presta apoio às vítimas. O Comitê foi informado de que existe um mecanismo integrado de atendimento, por meio do qual as vítimas recebem assistência jurídica, médica e apoio psicossocial em um único local. Existe igualmente uma iniciativa para integrar a unidade de apoio às vítimas no Ministério do Interior, de modo a obter uma dotação orçamental.

Os desafios em relação à proteção da criança incluem a falta de serviço para crianças na Unidade de Proteção a vítimas, bem como nos tribunais; e falta de relação entre os serviços não estatutários e estatutários. O Comitê foi informado igualmente de que, em termos gerais, o sistema de proteção à criança é fraco devido à ausência de dados administrativos e pesquisas exequíveis sobre a violência contra as crianças. Existe uma iniciativa do Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCS), para realizar pesquisa sobre a violência contra as crianças, todavia, tal pesquisa não abordará a inexistência de dados administrativos.

No que diz respeito ao trabalho infantil, o Comité constatou que o Governo de Moçambique elaborou um plano nacional multissectorial contra o trabalho infantil (2017-2022) e introduziu uma lista de trabalhos que são as piores formas de trabalho infantil e foram proibidas em Dezembro de 2017. O Governo também promove campanhas de sensibilização às comunidades, fornece assistência social aos pais e proporciona apoio directo aos idosos que cuidam da família e às famílias chefiadas por crianças. Foi também criado um Departamento de Acção Social Produtiva (PASP), para integrar crianças nos serviços públicos. O Comitê notou que há falta de supervisão e inspeção do trabalho infantil, especialmente no sector informal. Observou-se que a pobreza é a principal causa que conduz ao trabalho infantil.

O Comitê observou que há um esforço conjunto no combate ao tráfico de crianças.

Existe um grupo intersectorial organizado pela Procuradoria-Geral da Republica para prevenir o tráfico de crianças, composto por representantes de vários actores governamentais e não-governamentais. A função do grupo intersectorial, é identificar crianças em risco de tráfico e apoiar também as vítimas através da coordenação transfronteiriça. As Unidades de Proteção a Vítimas, visam igualmente acomodar vítimas de tráfico de crianças. O grupo teve que alargar o seu mandato para incluir outras formas de violência contra as crianças.

Nas suas observações e recomendações finais, o Comitê havia notado que há uma prática de assassinatos de crianças com albinismo para fins rituais. Durante a missão, o Comitê foi informado pelo Governo de que o número de mortes diminuiu

significativamente devido à extensa sensibilização realizada. Enquanto isso, houve 52 casos de mortes de crianças com albinismo entre 2014 e 2015, nos quais o número reduziu para 6 em 2016 e 2017.

No que tange ao sistema de justiça, o Comité foi informado de que existe apenas um tribunal de Menores em Maputo e o número não aumentou apesar das recomendações. No entanto, o Comitê foi informado de que foram criadas secções especializadas em 5 províncias e foram formados juízes e procuradores, em matéria de direitos da criança. Como há restrições financeiras no Estado Parte, não foi possível criar Tribunais de Menores em todas as províncias.

VIII. Pontos de acções

Considerando as conclusões acima mencionadas, o Comitê recomenda que o Estado Parte tome as seguintes medidas:

a. Realizar o monitoramento e a avaliação da implementação de suas leis, políticas e programas com vista a identificar avanços e desafios, assim como informar sobre o futuro planeamento e intervenções;

b. Proceder ao Levantamento Demográfico de Saúde planeado para que o Estado Parte tenha dados desagregados e sistemáticos sobre questões que afectam e dizem respeito às crianças;

c. Fortalecer a capacidade das suas instituições para garantir a implementação efectiva de leis e políticas;

d. Aproveitar os recursos financeiros e humanos necessários para a Comissão Nacional dos Direitos Humanos;

e. Criar sistemas de prestação de contas e gestão eficaz de fundos em vários órgãos governamentais, tanto a nível nacional quanto sub-nacional;

f. Proceder à revisão urgente do Código da Família para proibir qualquer forma de casamento infantil e remover a excepção do casamento infantil com o consentimento dos pais;

g. Abolição de multas no registo de nascimento tardio e garantir que as certidões de nascimento sejam emitidas para aqueles que registarem-se, visto que a certidão de nascimento, é um dos requisitos para matricular-se nas escolas;

h. Proibir o castigo físico em todos os contextos e formar os professores e pais em matéria de métodos disciplinares positivos;

i. Empreender medidas concretas para combater a desnutrição, sensibilizando as comunidades sobre como fornecer alimentos nutritivos para seus bebês com os seus recursos disponíveis e providenciar apoio nutricional às famílias economicamente desfavorecidas;

j. Sensibilizar as comunidades sobre o acesso aos serviços de cuidado de saúde, bem como esforçar-se para a mudança de comportamentos das comunidades na utilização de equipamentos, medicamentos e tratamentos preventivos;

k. Alterar o Decreto No.39/2003, que proíbe as raparigas grávidas de matricularem - se nas escolas diurnas e garantir que as raparigas grávidas que pretendem matricular-se nas escolas diurnas as façam, bem como assegurar que as crianças não enfrentem violência nas escolas;

l. trabalhar para a introdução do programa de merenda escolar como uma estratégia para a retenção das crianças nas escolas e tornar as escolas secundárias mais acessíveis;

m. Combater a violência contra as crianças, adoptando a legislação e outras medidas, tais como a sensibilização e a instauração de acção penal contra os autores de qualquer tipo de violência.

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

1ST QUARTER MISSION PLAN 2019

DEPARTMENT OF SOCIAL AFFAIRS

N°	Dates From	Dates To	Title of Mission	Justification / Value addition	Tasks to be performed	Location	Estimated Cost	Budget code	Staff Representation	Title of Staff	April	May	June
APRIL													
	12-Apr	15-Apr	Workshop of Public Employment services on Labour migration management	The activity is in line with the implementation of the AU-ILO-IOM-ECA joint Programme on labour Migration Governance for Development and Integration (JLMP), in particular its components on labour institutions capacity building and international cooperation.	Presentation on the AU-Ilo-IOM-ECA Joint Programme (JLMP)	Nouackchott	$ 6,000		Oumar Diop	JLMP Coordinator	x		
					Networking the Public Employment services in Member States				Evelyne Nkeng Peh Ndongo	Migration Adviser	x		
					Building capacity of MS labour institutions								
					Engaging MS institutions in JLMP implementation								
	23-Apr	26-Apr	Development of training package on labour migration management for labour inspectors, labour attaches and social partners	In line with the AU-ILO-IOM-ECA Joint Programme on Labour Migration for Development and Integration, training and capacity building services should be dispatched in 2019 to MS. The activity in Casablanca will gather trainers and experts woking in National Civil Service Schools where labour administrators are trained, social partners, and	Adminsitrative preparation, logistics, tecical support, preparation of implementation with training sessions	Niamey	$ 25,000		Oumar Diop,	JMP coordinator	x		
									evelyne Ndongo	Migration adviser	x		
									Adisa Sarafa Ademola	14 experts from MS	x		
										3 experts form ARLAC, ACLAE and CRADAT	x		
MAY													
	13-May	23-May	LMAC visit to IGAD, ECCAS, UMA, PAP and SADC	The LMAC 2019 wok plan envisages visits of LMAC to RECs and PAP. The 4 first RECs and PAP will be visited in May.	The visits aim at familiarizing the t=LMAC Members with the roles and responsibilities of the visited institutions on labour migration management, review their policy frameworks and legal instruments, assess their achievements and challenges. The LMAC members will also provide advice for improvement of the labour migration management processes in the visited institutions.	Djibouti, Rabat, Libreville, Johannesburgh, Gaberone	25,000	sad10009028	Oumar Diop	JLMP coordinator			
									Evelyne Ndongo	Migration Advisor			
									Adisa sarafa Ademola	Youth Volunteer			
									5 LMAC Members				
									CiDO representative				
JUNE													
	10-Jun	21-Jun	Attending the 108 session of the International Labour Conference	Annual Conference of the International Conference with AUC support to Member States	Provide technical support to MS in the discussion of the agenda items of the session	Geneva	$ 8,000	Budget code HoD and JLMP	H.E Amira Elfadil	Commissioner for Social Affairs			x

N°	Dates		Title of Mission	Justification / Value addition	Tasks to be performed	Location	Estimated Cost	Budget code	Staff Representation	Title of Staff	April	May	June
	From	To											
					Follow-up with MS on the outcomes of the Specialized Technical Committee on Labour and Employment				Sabelo Mbokazi	HoD LEM			x
					Organization of the meeting of the Bureau of the Specialized Technical Committee				Oumar Diop	JLMP Coordinator			x
					Building international cooperation with other regions and organizations				Bhavanesha				
					Prepare addressing of H.E the Chairperson to the Confrence				Houssein				
					Prepae High Level Meetings with ILO DG, GCC, OIC and other International Partners				Sunita				
									Evelyne Ndono				